

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 061/2023

Pelo presente instrumento de Contrato de Locação de Imóvel, que fazem entre si, de um lado como LOCATÁRIO, o Secretaria Municipal de Saúde, deste municipio, e como LOCADOR, o Sr. FLÁVIA NOVAIS CAVALCANTE, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

LOCATÁRIO: A Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia - PA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, à Av. Jk, nº 3343, Centro. CEP: 68.540-00, Centro, Conceição do Araguaia - PA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.453.467/0001-90, neste ato representado pela Secretária a **Sra. Elaine Salomão de Sales**, brasileira, Casada CPF 831.314.931-00 e RG 330.659.3 SSP-GO, residente na Av. JK, nº 2172 – Setor Universitário - Conceição do Araguaia – PA, e por outro lado.

LOCADOR: FLÁVIA NOVAIS CAVALCANTE, brasileira, solteira, comerciante, portador do CPF n°: 891.981.822-34, e da RG n°: 5220626 SSP/PA, residente e domiciliado na Rua: 02,n° 4680, Bairro: Auto Araguaia na cidade de Conceição do Araguaia-PA, CEP: 68.540-000.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

A locação de imóvel se fundamenta no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, que dispõe sobre a dispensa de licitação para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.

2. CLÁUSULASEGUNDA - OBJETO

O objeto do presente contrato é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR AS INSTALAÇÕES DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BAIRRO JARDIM ARAGUAIA, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA.

"Parágrafo único- O locador declara que tem a posse mansa, pacífica e de boa- fé do Imóvel, entregandoo em locação livre e desembaraçado, sendo de sua total responsabilidade Responder por qualquer turbação, devendo idenizar o locatário em caso de restrição ao uso do imóvel e sua retomada a destempo, independente de qualquer circunstância".

3. CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO São obrigações do LOCATÁRIO:

- Pagar as despesas relativas ao fornecimento de água e de energia elétrica, taxa de lixo, iluminação pública;
- Conservar o imóvel locado e a realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos a
 que der causam, desde que não provenientes de seu uso normal;

Floroio



- III Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal; e que o LOCATÁRIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele:
- a) de benfeitorias necessárias, quando os LOCADORES, previamente notificados, houver se recusado a realizá-las:
- b) de benfeitorias úteis que, por não poderem ser levantadas, a ele se incorporam.

O LOCATÁRIO OBRIGA-SE A:

- 3.1. Pagar as despesas de energia a partir da vigência do contrato até o termino do mesmo;
- 3.2. Prestar a contratada toda e qualquer informação, por ela solicitada.
- **3.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 3.4. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.
- **3.5.** Devolver o imóvel em bom estado de conservação, logo que termine o prazo da vigência do contrato, no estado que recebeu;
- **3.6.** Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba;
- 3.7. Aplicar a contratada penalidades, quando for o caso;
- 3.8. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

4. O LOCADOR OBRIGA-SE A:

- I Manter o imóvel segurado contra incêndio;
- II- Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel;
- III Incorrer nas despesas Relacionadas com:
- 4.1. as obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel; desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação
- 4.2. Locar o imóvel de acordo com as especificações da dispensa de licitação.
- **4.3.** Comunicar a Secretaria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de antecedência, motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

of lavor



- 4.4. Disponibilizar o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina;
- 4.5. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;
- 4.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- **4.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- **4.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com o que determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **4.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **4.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- **4.11.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- **4.12.** Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direto ou indiretamente, provocar a administração ou a terceiros;
- **4.13.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- **4.14.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta dispensa de licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.
- 4.15. O imóvel desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria responsável e por servidor habilitado indicado para tal fim conforme estabelece a Instrução Normativa nº 036/2012 e Artigo 73, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.
- 5. CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO/PRORROGAÇÃO

5.1 A Vigencia do contrato terá inicio a partir de sua assinatura até 29 de Dezembro de 2023

Tharia



5.2 O Presente Contrato poderá ser prorrogado nos termo do Art. 57 da lei nº 8.666/93
5.3 O valor contratado podera ser reajustado e corrigido monetariamente a cada 12 (doze) meses, de acordo com IGPM (FGV) acumulado dos ultimos 12 (doze) meses e na falta deste, pelo INPC (IBGE) ou outro indice substitutivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÕES DO ITEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1.	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR AS INSTALAÇÕES DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, NO BAIRRO JARDIM ARAGUAIA.	9	MÊS	R\$ 2.800,00	R\$ 25.200,00

- **6.1** Pela locação, o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o valor total global de **R\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais).**
- **6.2** O pagamento do aluguel será em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, até o 10° (décimo) dia útil após o recebimento do documento de cobrança devidamente atestado pelo representante da Administração, e será depositado na conta corrente da LOCADORA, junto à agência bancária indicada pela mesma;
- **6.3.** Antes de qualquer pagamento serão verificadas as seguintes comprovações, sem prejuízo de verificação por outros meios, cujos resultados serão impressos, autenticados e juntados ao processo de pagamento:

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato acorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

10.301.0200.2.107 - 3.3.90.36.00 (15001002)

7.2 Os recursos financeiros para custear a locação do imóvel, será oriundos da Secretaria Municipal de Saúde.

8. CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor proporcional ao bem integrante do respectivo item não entregue ou

Floris

Q.



cumprido, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal de nº 0280/2021 de 04 de agosto de 2021 que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do bem em atraso, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Executivo.
- **8.2.** Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Poder Executivo Municipal poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.
- a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério do Executivo Municipal;
- b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor da nota de empenho;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos. (Artigo 7°, Lei n° 10.520/2002).
- **8.3**. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Conta Única da Prefeitura Municipal, via depósito identificado, com código fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;
- **8.4**. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo Executivo Municipal.

9.CLÁUSULA NONA - RESCISÃO DO CONTRATO

- 9.1. A LOCATÁRIA poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- **9.2.** Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com exceção das previstas nos incisos VI, IX e X, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

Floroia



- 9.3. Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, desde que ausente a culpa da LOCADORA, a LOCATÁRIA a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- **9.4.** Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- **9.5.** Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a LOCADORA, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, a LOCATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 02 (dois) meses de aluguel, segundo a proporção prevista no artigo 4° da Lei n° 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.
- 9.6. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, entre outros, a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.
- **9.7.** O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento.
- **9.8.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOCONTRATO

- 10.01 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da LOCATÁRIA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 10.02 A fiscalização do presente contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor especialmente designado para assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

Fiscal o Sr.(a) Laylla Karina Diogenes Silva, matricula: 14992 e Suplente o Sr.(a) Vitoria Pereira de Aguiar Santos, matricula: 14676.

Floroio

\(\)



11. CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

É da inteira responsabilidade do Locatário o ônus decorrente das taxas de água e luz, bem como de todas as demais despesas normais de locação, exceto IPTU.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

As partes elegem o foro de Conceição do Araguaia - PA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundasdo presente instrumento contratual, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- **13.1.** A participação nesta contratação implica plena aceitação dos termos e condições das normas administrativas vigentes;
- **13.2.** É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os proponentes;
- **13.3.** As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Executivo Municipal, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a proponente vencedora;
- **13.4.** O Município de Conceição do Araguaia-PA reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente contrato, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às proponentes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei;
- 13.5. É competente o foro da Comarca de Conceição do Araguaia-PA, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

Conceição do Araguaia-PA, 03 de Abril de 2023.

Secretaria Municipal de Saúde Elaine Salomão de Sales CONTRATANTE

FLÁVIA NOVAIS CAVALCANTE CPF n°: 891,981,822-34